



MINISTÉRIO DA EDUCAÇÃO
INSTITUTO FEDERAL DO ESPÍRITO SANTO
COLÉGIO DE DIRIGENTES
Avenida Rio Branco, 50 – Santa Lúcia – 29056-255 – Vitória – ES
27 3357-7500 – ramal 2044 / 2013

Ata da reunião do Colégio de Dirigentes do Ifes 10 de novembro de 2017

No dia dois de outubro de dois mil e dezessete reuniu-se o Colégio de Dirigentes do Instituto Federal do Espírito Santo, às dez horas, no *campus* Serra, sob presidência da Pró-Reitora de Ensino Adriana Pionttkovsky Barcellos, com a presença dos seguintes membros: da Pró-Reitoria de Extensão, Sr. Renato Tannure Rotta de Almeida; da Pró-Reitoria de Pesquisa e Pós-graduação, Sr. André Romero da Silva; do Centro de Referência em Formação e em Educação a Distância, Sra. Vanessa Battestin Nunes; da Diretoria de Gestão de Pessoas, Sra. Marcela Freitas Scotá; do *campus* Alegre, Sra. Maria Valdete Santos Tannure; do *campus* Aracruz, Sr. Leandro Bitti Santa Anna; do *campus* Barra de São Francisco, Sr. José Alexandre de Souza Gadioli; do *campus* Cariacica, Sr. Lodovico O. Faria; do *campus* Centro-Serrano, Sr. Wagner Poltroniere Entringer; do *campus* Colatina, Sr. Octávio Cavalari Júnior; do *campus* Guarapari, Sr. Gibson Dall’Orto Muniz da Silva; do *campus* Ibatiba, Sr. Eglon Rhuan Salazar Guimarães; do *campus* Itapina, Sr. Fábio Lyrio Santos; do *campus* Linhares, Sra. Sandra Mara Mendes da Silva Bassani; do *campus* Montanha, Sr. André dos Santos Sampaio; do *campus* Nova Venécia, Sr. Anderson Rozeno Bozzetti Batista; do *campus* Piúma, Sr. Marcelo Fanttini Polese; do Polo de Inovação Vitória, Sr. Marcelo Lucas Pereira Machado; do *campus* Santa Teresa, Sra. Walkyria Barcelos Sperandio; do *campus* São Mateus, Sr. Aloísio Ramos da Paixão; do *campus* Serra, Sr. José Geraldo Neves Orlandi; do *campus* Venda Nova do Imigrante, Sr. Aloísio Carnielli; do *campus* Vila Velha, Sr. Diemerson Saquetto; do *campus* Vitória, Sr. Hudson Luiz Côgo. A Pró-Reitoria Adriana abre a reunião, cumprimenta os presentes, informa que o Presidente, em virtude de outro compromisso, chegará atrasado, relatando que haverá algumas inversões na ordem dos itens. A seguir, faz leitura da minuta da pauta, com os seguintes itens: **1. Informes; 2. Apresentação do Polo de Inovação Vitória; 3. Remoção para Tratamento de Saúde; 4. Biblioteca Digital e Moodle 3; 5. Reavaliação afastamentos para Minter, Dinter, Profepet e outros; 6. Apreciação do Curso de Geologia do *campus* Nova Venécia; 7. Cláusula de Eliminação de candidatos Processo Seletivo 1/2018.** A seguir, Adriana abre o **item 2** e passa a palavra para o diretor Marcelo Lucas, que inicia a apresentação sobre o Polo de Inovação Vitória, destacando as características de seu funcionamento e enfatizando que, apesar do credenciamento Embrapii na área de metalurgia e materiais, o Polo Vitória está apto a realizar pesquisas em várias áreas. Explica que se tiver uma chamada de qualquer outra área, o polo pode se habilitar, destacando a intenção institucional pela qual o polo não se restrinja à área de credenciamento Embrapii. Aponta as principais características, o funcionamento, os objetivos e o credenciamento do *campus* vitória, apresentando a estrutura do polo de inovação, destacando o credenciamento da Embrapii a partir de recursos próprios. O diretor Marcelo Lucas, a partir o questionamento do dirigente José Gadioli, explica que as rochas ornamentais podem entrar na área de materiais, explicitando a relação entre as empresas e polo, a qual deve se caracterizar por uma ação de pesquisa. Relata que Embrapii surgiu em dez/2013 para promover o desenvolvimento da inovação na

indústria nacional, destacando que tanto o Ministério da Ciência e Tecnologia quanto o Ministério da Educação responsabilizam-se igualmente pelo financiamento dos polos, explicando que a Embrapii abre chamada e os polos submetem os projetos de seu interesse, de acordo com o credenciamento. Apresenta as unidades credenciadas e a área de atuação do Polo de Inovação do Ifes, que se caracteriza pelos processos siderúrgicos. Explica que para usar o recurso da Embrapii o projeto tem que estar ligado à área de metalurgia e materiais. Apresenta o nível de pesquisa que pode ser utilizado pela Embrapii, ou seja, nível de tecnologia pronta, cujos níveis mais baixos, seriam artigos para projetos, isto é, até o nível 3 é nível de bancada, 4 a 6 planta piloto, a partir desses, é teste em ambiente operacional. Destaca que a Embrapii só financia pesquisa entre os níveis 4 e 6, visto que não se interessa por estudos fundamentais e nem por melhorar o desempenho em operações, enfatizando que o objetivo é fazer uma ponte entre os níveis fundamentais e superiores, visto que nesse percurso grande parte das pesquisas não são concluídas. O professor Denio explica a aplicação dos recursos da Embrapii, destacando que as bolsas podem ser usadas para quaisquer alunos, até para contratar pesquisadores. O Pró-Reitor Renato Tannure relata que não usar o recurso de uma empresa é um problema. O professor Denio explica que foi uma decisão prévia da Embrapii, porque esse sistema tem o objetivo de financiar o processo de tecnologia e não a construção de um equipamento, destacando que se pode usar o equipamento, ele só não pode entrar no projeto. O Pró-Reitor Renato Tannure declara que isso poderia acontecer de outra forma, justificando que uma coisa é a Embrapii calcular a porcentagem dela, outra é o Ifes contabilizar isso. O professor Denio explica que o recurso que não entrou é computado pelo polo, não computa no cálculo do projeto, e foi definido que o projeto não pode passar de 10 milhões de reais. O dirigente Gadioli questiona a forma de geração de patentes. O diretor Marcelo Lucas, relata que há uma equipe responsável pela inspeção, destacando que nem sempre há a intenção de patentear, à exceção de algo realmente novo. O dirigente Gadioli relata que, por ser um investimento federal, a empresa pode se negar a permitir que o Ifes entre com a patente. O dirigente Marcelo Lucas concorda, justificando que sem a anuência da empresa não se finaliza o convênio. O professor Denio relata que a preocupação do governo é produzir renda, por isso a disponibilização de recursos financeiros. O diretor Marcelo Lucas relata que as contas dos projetos serão publicizadas pela Facto, destacando que, para cada projeto, haverá duas contas separadas, isto é, recurso da Embrapii e recurso da empresa. Enfatiza que a Facto é a responsável por gerenciar as contas, efetuando pagamentos de bolsas e outros, destacando que a prestação de contas é por projeto. Apresenta os projetos realizados e em andamento, e demonstra o avanço na utilização dos recursos entre Ifes, empresas e Embrapii, destacando a porcentagem de 19% para o Ifes, 48% para as empresas e o restante para a Embrapii. O Pró-Reitor Renato Tannure questiona se, dentro dos projetos, a empresa tem informação sobre o retorno e de como isso as afeta. O diretor Marcelo Lucas responde exemplificando ações realizadas na Arcelor Mittal, destacando que, infelizmente, a empresa não mensurou financeiramente essas ações. O Pró-Reitor Renato Tannure sugere um acordo com as empresas para que elas disponibilizem esses dados. O diretor Marcelo Lucas relata que haverá recursos para se utilizar serviços e adquirir produtos não previstos no projeto, visto que 5% dos recursos totais ficarão à disposição da Facto para essas despesas. O diretor Marcelo relata que o Sebrae pode ser uma saída, uma vez que se a empresa for micro ou pequena, ela pode usar recursos do Sebrae, explicando que, se for desenvolvimento tecnológico, o Sebrae aporta 70% limitado a 210 mil reais. Relata que, se a empresa fizer um grande encadeamento tecnológico, o Sebrae arca com 80% da parte responsável da pequena empresa, desde que a empresa grande assuma, no mínimo, 10% do total do projeto. Exemplifica essa situação, a partir de um projeto a ser realizado com uma empresa de Governador Valadares em parceria com a Universidade de Cambridge, destacando que a grande

empresa será a Baterias Tudor. Ao ser questionado pelo dirigente Carnielli sobre as razões pelas quais a Embrapii não se concentrou na CST – Companhia Siderúrgica de Tubarão, o diretor Marcelo Lucas responde que tanto a Arcelor quanto a Vale demandam muito mais na área de pesquisa e parceria. O professor Denio destaca que a Embrapii cobra demais dos polos, exigindo um trabalho coeso, o que não exclui a possibilidade da Instituição trabalhar com projetos de outras áreas, só que, nesse caso, relata que não haverá recursos da Embrapii. A Pró-Reitora abre o **item 3** e passa a palavra para a servidora Marcela, que se apresenta e se coloca à disposição dos presentes. O dirigente Carnielli relata que a remoção para tratamento da saúde afeta todos os *campi*, principalmente os do interior, destacando que há casos em que o servidor não quer apenas ser tratado, pleiteando a remoção, visto que o local em que ele estava tinha um melhor atendimento de saúde. O dirigente Hudson relata uma remoção para tratamento de saúde do *campus* Vitória para o Cefor, enfatizando que deve-se ter cuidado para que esse tipo de remoção, para que em vez de atender às necessidades para tratamento de saúde, não atenda apenas às vontades de remoção do servidor. O dirigente André relata a situação de um servidor removido para o *campus* Aracruz para tratamento de saúde da esposa, acrescentando que conversou com a Reitoria e propôs ao servidor um afastamento para doutorado, alternativa que foi rechaçada pelo servidor, que optou pela remoção. O diretor Marcelo Polese relata que a qualquer tempo pode-se pedir a reavaliação da decisão da junta médica, que deve emitir laudo. A dirigente Vanessa relata que houve remoção do Cefor para o *campus* Serra e que somente foi comunicada depois. A Pró-Reitora Adriana relata que há situações em que o servidor de fato precisa, e que não raro permanece no *campus*; no entanto, há aqueles que fazem de tudo para serem removidos, acrescentando que os atestados são outra situação difícil de ser administrada. O dirigente Wagner relata que uma médica informou que, caso o diretor não peça, não há reavaliação. Ao ser questionada pela dirigente Walkyria, a servidora Marcela responde que a junta médica é composta por médicos peritos do INSS. O dirigente Leandro relata que as remoções por saúde se constituíram um problema para a Instituição, declarando que a junta é formada por vários médicos que têm independência e autonomia na concessão das remoções, enfatizando a necessidade de se encontrar uma solução para o problema, quem sabe procurando o responsável e explicitando os impactos institucionais que as remoções causam. Propõe que uma reunião entre o Reitor, a Pró-Reitoria de ensino, o setor de saúde, a DGP, com o intuito de discutir estratégias, elaborar ações para que se possa encontrar alguma solução. O dirigente Diemerson exemplifica os problemas para os *campi* da Grande Vitória, que, basicamente, recebem os servidores removidos, isto é, servidores técnico-administrativos sem função no *campus*, comprometimento o planejamento institucional, dentre outros. O dirigente Aloísio Paixão relata que para a maioria dos servidores que pleiteiam a remoção por saúde, já lhes fora negada a remoção institucional, apontando que, se o critério for o tratamento médico, o *campus* pode liberar o servidor de suas atividades profissionais durante o período necessário. O professor Denio relata que várias ações podem ser implementadas, dentre elas, constar no laudo ou no encaminhamento à perícia, os problemas que serão causados no *campus* com a remoção, pois assim, acrescenta que a junta médica também será responsabilizada por suas ações. O dirigente Carnielli sugere que a reavaliação seja realizada a cada seis meses. A Pró-Reitora Adriana relata que o processo não se inicia no *campus*, por isso, a manifestação do Diretor-Geral, nesse caso, fica restrita. O dirigente Diemerson sugere realizar uma oficina com a Prodi, visto que a remoção por tratamento de saúde já está afetando o cálculo do Rap, destacando que havia acordos antigos que estão sendo influenciados pelas remoções. O dirigente André relata uma conversa realizada com a Dra. Eloá, que relatou sobre a pressão a que os profissionais da junta médica são submetidos, sugerindo que seja realizada uma conversa com o servidor para que, tanto ele quanto o *campus*, possam se ajudar mutuamente. O dirigente Wagner

revela que a angústia da gestão é oriunda do fato de não poder substituir o servidor removido, acrescentando que, se nesses casos, houvesse a possibilidade de se contratar o servidor temporário, não haveria tamanho impacto. O professor Denio declara que o servidor tem que ser afastado, e para isso, deve estar inapto para o trabalho. O Presidente manifesta seu desejo em dar prosseguimento a essa discussão em um outro momento, visto que é um assunto importante que afeta todo mundo, propondo chamar a DGP, a servidora Míriam, a doutora Eloá e mais dois ou três Diretores-Gerais para iniciar uma conversa, que visa minimizar os efeitos institucionais das remoções para tratamento de saúde, sugerindo que, até a implementações de ações, que o assunto seja uma pauta permanente do Colégio de Dirigentes e que o Fórum de Diretores-Gerais indique os três dirigentes que participarão dessa comissão. O dirigente Leandro sugere que a Assessoria Processual também integre a comissão. O Colégio de Dirigentes manifesta-se favorável à criação da comissão para tratar da remoção para tratamento de saúde. O Presidente abre o **item 4** e passa a palavra para a dirigente Vanessa, que relata que foi enviado memorando solicitando informações aos CRAs, com o intuito de conectar os cursos do sistema acadêmico ao *mooddle*. Informa que há projetos de cursos que tem ofertas a distância que não especificam como será a metodologia, os recursos disponíveis, capacitação de professores, destacando a necessidade de se disponibilizar essas informações. Relata que há dois anos houve uma reunião do Colégio de Dirigentes para verificar a viabilidade de se contratar uma biblioteca virtual, mas que diante das limitações do acervo, não houve contratação. Informa que o Cefor, a partir da captação de recursos como programas de fomento e com a UaB, disponibilizará parte desses recursos, ou seja, 200 mil reais para a contratação de biblioteca digital que, na verdade, são duas bibliotecas. Explica que todos os *campi* que ofertam cursos a distância vão ter acesso à biblioteca digital, acrescentando que o primeiro passo é fazer a integração com o sistema *pergamum*, e caso ela seja bem-sucedida, pretende-se, posteriormente, estender o acesso da biblioteca virtual aos alunos presenciais. O dirigente Carnielli relata que o problema à época em que o assunto tramitou no Colégio de Dirigentes foi o catálogo disponibilizado, explicando que havia dois grupos, sendo que havia livros que não abarcavam os projetos de cursos institucionais. O dirigente Octávio relata que, da bibliografia básica, a biblioteca digital atende 30% dos livros, atendendo a totalidade no caso da bibliografia complementar. Destaca que, para os cursos a distância é um ganho, no entanto, para os presenciais, considera um investimento alto para um retorno baixo. A dirigente Vanessa destaca o investimento em cursos institucionalizados, cursos independentes de fomento, enfatizando que o polo em Venda Nova não ter biblioteca física e sim virtual. Enfatiza a necessidade de ações institucionais de inclusão e ações nesse sentido a serem realizadas no Cefor, como cursos de inclusão para 100 pessoas, destacando a necessidade de estimular os servidores a realizar esse tipo de curso. O professor Denio alerta que, de acordo com a legislação, o Ifes deve possuir 5% de seus servidores capacitados em libras. A dirigente Vanessa alerta que não se deve atentar apenas para a obrigação legal, e sim para o atendimento aos alunos aprovados nos processos seletivos. O dirigente Diemerson sugere que a redução da carga horária dos servidores em janeiro seja compensada em capacitações dessa natureza. A dirigente Vanessa relata que esse curso está qualificado como desenvolvimento institucional e quando tiver maiores detalhes vai fornecê-los aos dirigentes. O dirigente Marcelo Polese enfatiza que o momento atual possibilita que a Instituição pense em rede, questionando qual é o benefício institucional para o servidor que decida fazer esse curso, justificando que a baixa adesão dos servidores aos cursos se deve a isso. A dirigente Walkyria sugere que se aproveite o Cefor para oferecer semestralmente a complementação de formação continuada. A Pró-Reitora Adriana relata a grande preocupação institucional para com os alunos que entrarão no instituto, sugerindo que haja uma sensibilização nos *campi* com o intuito de falar aos servidores o que temos, compartilhar nossas experiências. O professor Denio sugere que cada *campus*

faça reuniões com os discentes sobre os alunos com necessidades especiais que entrarão no ano que vem. O dirigente Octávio relata que o Napne responsabiliza o diretor pela carência de profissionais, assim, sugere criar uma diretoria ou coordenação para dar suporte aos demais *campi*. A Pró-Reitora Adriana relata que o Napne tem realizado um levantamento sobre a estrutura e o quantitativo de alunos, acrescentando que o Fonapne se mostra bastante preocupado com a situação, uma vez que há muito a que se fazer. O dirigente Gibson relata a situação de uma aluna com necessidades especiais do *campus* Guarapari, enfatizando que se deve conversar com o candidato antes da inscrição, uma primeira conversa, para orientar. A Pró-Reitora Adriana sugere que essas conversas sejam realizadas no *campus*. O professor Denio concorda com a Pró-Reitora relatando que a Instituição pode explicar para o aluno as implicações e especificidades de qualquer curso. O Pró-Reitor Renato Tannure sugere que essas questões sejam abordadas nos projetos de divulgação de curso. O dirigente Aloisio relata que, em São Mateus, haverá dificuldades para juntar a equipe para fazer esse momento, por causa do encerramento do ano letivo, sugerindo que se escolham pessoas estratégicas para serem os multiplicadores. A Pró-Reitora Adriana relata que esse momento foi uma sugestão da câmara e que havia representantes de todos os *campi*, destacando que irá se reunir com os diretores de ensino para montar a proposta e enviar para os *campi*. O Presidente Jadir abre o **item 1** e declara que o evento da transição está sendo planejado e acertado com o professor Denio, a ser realizado no dia 1/12/2017, às 18 hs, na Fábrica de Ideias. Explica que, na próxima reunião, gostaria de apresentar um trabalho de governança, introduzindo os servidores que estão ajudando na sua elaboração, relatando que, depois do processo eleitoral, houve muitas propostas e agora é momento de se pensar nas ações, sugerindo a reunião para o mesmo dia do evento, às 10 horas. Declara que a posse, realizada em Brasília, foi um momento muito tumultuado, justificando que houve constantes alterações de dias e horários, resultando em um evento muito desgastante. O professor Denio manifesta sua satisfação e orgulho com o trabalho realizado nos últimos oito anos em que exerceu o cargo de Reitor, agradecendo a oportunidade de trabalhar à frente de uma Instituição reconhecida nacionalmente por sua excelência, e o apoio recebido pelos Diretores-Gerais. Relata que o seu primeiro mandato teve como objetivo construir, a partir da burocracia, uma estrutura democrática, ou seja, estruturar a Instituição de forma moderna garantindo-lhe agilidade nos processos administrativos. Relata que, no segundo mandato, o objetivo foi verticalizar o ensino e iniciar o processo de inovação, visto que o empreendedorismo sempre foi uma característica do Ifes, justificando que a Instituição é o que é por causa dessa característica. Felicita o Reitor Jadir e agradece, novamente, o apoio dos Diretores-Gerais à sua gestão. A Presidente abre o **item 5** e passa a palavra para o professor Denio, que relata que o afastamento para cursos de mestrado e doutorado na Instituição tem causado alguns problemas, uma vez que a saída de servidores sem o devido critério e regulamentação, principalmente dos técnico-administrativos, visto a impossibilidade de se contratar substituto, pode comprometer atividades da Instituição. Declara que diversos problemas já são verificados pela Instituição e que diante dessa situação sugere a criação de um *default*, de uma padronização, justificando que tal sugestão é decorrente do posicionamento dos dirigentes na última reunião que tratou o tema. O dirigente Octavio relata que o tema foi tratado em uma reunião na Fábrica de Ideias em que se foi tentado criar um padrão pelo qual fosse concedido aos servidores em cursos Minter e Dinter, prioritariamente, o afastamento parcial. O dirigente Carnielli concorda com o dirigente Octavio, relatando que a Instituição deve seguir essa regra. A dirigente Vanessa relata que no Cefor teve casos de afastamento total de servidores técnico-administrativos a partir da anuência dos demais servidores do setor, que assumiram as atribuições do servidor em afastamento, enfatizando que, se muda essa política, prejudica aquele servidor que poderia ser contemplado com o afastamento total, visto que se sobrecarregou com as tarefas dos demais, e se não puder ter direito ao afastamento total,

criará um ambiente muito ruim para o *campus*. O dirigente Carnielli relata que o *campus* Venda Nova do Imigrante está elaborando um regulamento sobre os afastamentos, e que se posicionou contrário a qualquer afastamento até a finalização do documento, destacando que, a partir de um regulamento as coisas ficam claras. O dirigente Wagner relata que a porcentagem de 15 % de professor substituto no *campus* Centro Serrano, corresponde a 3 servidores, dessa forma, caso haja a liberação de 2 servidores, qualquer imprevisto faz com que o *campus* ultrapasse o limite de 15%. O dirigente Octavio compreende a situação descrita pelo dirigente Wagner, mas contrapõe-se ao afirmar que para os professores a situação está definida, ou seja, 15 % de contratação de substituto; no entanto, relata que para os técnico-administrativos não há uma definição. O dirigente Carnielli relata que o regulamento deve prever situações tais como a de setores em que somente há um servidor lotado e também daqueles em que há dois servidores, visto que, previamente à concessão do afastamento, deve-se definir o responsável pela execução das atividades do servidor a ser afastado. Assim, sugere que cada *campus* elabore seu próprio regulamento para o afastamento de seus servidores técnico-administrativos, uma vez que as especificidades de cada *campus* dificilmente serão contempladas em um único documento institucional. Propõe que seja criado um grupo, composto por servidores dos *campi* que já elaboraram seus regulamentos, para que assim se possa criar uma regra a partir da qual os demais *campi* criem seu regulamento específico. A dirigente Sandra relata que surgiu uma dúvida em Linhares, ou seja, se nas férias acadêmicas (dezembro, janeiro e fevereiro), o servidor em afastamento parcial ainda fará jus aos dois dias de afastamento ou se, nesse período, retorna ao horário de trabalho integral. O Colégio de Dirigentes entende que se o servidor está afastado não há porquê cumprir horário distinto, mesmo nas férias acadêmicas, visto que esse tempo pode ser dedicado à pesquisa para finalizar o curso. O Colégio de Dirigentes manifesta-se favoravelmente à criação de um grupo que elaborará uma regra da qual cada *campus* elaborará seu regulamento próprio para a concessão de afastamento. A Presidente abre o **item 6** e relata que a tramitação deste processo iniciou em 2015 e foi interrompida no Colégio de Dirigentes, uma vez que a solicitação de investimento e contratação de professores não se adequava ao momento financeiro do Ifes. Assim, acrescenta que a proposta ficou paralisada, reiniciando a tramitação no segundo semestre de 2017, quando a coordenadoria do *campus* reanalisou o projeto, concluindo que não era necessário o quantitativo de docentes solicitados inicialmente e nem os valores para investimento. O diretor Anderson relata que todas as considerações do Colégio de Dirigentes foram atendidas, especificando que algumas aquisições, tais como ônibus, que estavam vinculadas ao projeto do curso foram retiradas, assim, caso haja recursos futuros, a necessidade desses itens será avaliada. Destaca que, no que tange aos professores, foi feito um estudo minucioso no *campus*, que envolveu a análise da carga horária de todos os cursos. Acrescenta que, na época, um dos problemas era com um professor de matemática, que foi revolido a partir de uma parceria com o *campus* Barra de São Francisco. Enfatiza que foi feita uma projeção de carga horária até 2022, relatando que o *campus* possui 4 geólogos; destaca que, obviamente, estes professores terão uma carga horária elevadíssima, mas que, por outro lado, garante que o curso rode sem a necessidade de contratação de professores. Os dirigentes discutem sobre carga horária e destinação de vagas. O dirigente Carnielli esclarece para os novos Diretores-gerais que o Colégio de Dirigentes não é avesso à abertura de novos cursos, muito pelo contrário, justificando que essas observações e impedimentos, na época da tramitação do projeto do curso, deveu-se à mudança da situação financeira dos institutos. Relata que, durante o período de expansão dos *campi*, as vagas de professores não eram problemas, pois havia a consequente expansão do banco de vagas, mas, depois a situação mudou completamente. Por essa razão, o Colégio de Dirigentes decidiu que se um *campus* pretende ofertar um curso, ele deve ter todos os recursos disponíveis para tal, incluindo professores e infraestrutura, justificando que não se

pode, no terceiro ano do curso, o *campus* vir ao Colégio de Dirigentes e pleitear vagas para professores. O Colégio de Dirigentes manifesta-se favoravelmente à oferta do curso Superior de Geologia do *campus* Nova Venécia. A presidente abre o **item 7** e relata que a inclusão da cláusula de barreiras foi uma determinação do Colégio de Dirigentes em uma reunião cujo tema era o atendimento de alunos com necessidades especiais; esclarece que a pauta não contemplava esse assunto, ou seja, foi uma manifestação espontânea dos dirigentes decorrente, evidentemente, do atendimento dos alunos com necessidades especiais, e que, por essa razão, a Proen não pode apresentar qualquer dado ou estudo favorável ou contrário à questão. Explica que a cláusula determina que o aluno que zerar qualquer disciplina está automaticamente eliminado do concurso e relata que, após um devido distanciamento da decisão, baseando-se em conversas com diretores e com números, a Proen concluiu que a maioria dos *campi* terá dificuldade para formar turmas. Assim, traz para o Colégio de Dirigentes as seguintes questões: 1) se a cláusula de eliminação será mantida; 2) mantendo-a, será por área ou disciplina? O dirigente Fábio relata que inicialmente foi favorável à cláusula de eliminação, mas que, depois de conversar com o diretor de ensino e com os professores do *campus* Itapina, reviu seu posicionamento, por isso, solicita a exclusão da cláusula. Os dirigentes iniciam discussão sobre o tema. O tema vai para votação, sendo os seguintes votos apurados: eliminação da cláusula, 4 votos; manutenção da cláusula, agrupando as disciplinas de história e geografia, 19 votos; abstenção, 2 votos. Assim, o Colégio de Dirigentes manifesta-se favoravelmente à manutenção da cláusula de barreiras, agrupando as disciplinas de história e geografia em uma área. A dirigente Walkyria manifesta sua preocupação com o nível de elaboração das provas do Ifes, solicitando que os dirigentes discutam sobre o tema, visto que o modelo atual é prejudicial aos *campi* agrícolas, sugerindo a adoção de um modelo regionalizado. Destaca também o valor da taxa, justificando que, ao se comparar o número de inscritos com o número de pagamentos, há um decréscimo de 50%, enfatizando que por ser uma escola pública, o Ifes deve analisar cuidadosamente essa situação. O Colégio de Dirigentes decide que essas questões serão analisadas no decorrer de 2018 para que não haja problemas ou dúvidas sobre esses assuntos para o edital 2019. Nada mais a tratar, o Presidente declara encerrada a reunião. Eu, Alessandro Gonçalves de Assis, lavrei a presente ata, que será submetida à aprovação de todos os presentes.